11º Encontro Internacional de Política Social
18º Encontro Nacional de Política Social
Tema: Entre o capital e a vida: questão social, crise ambiental e resistências
Vitória, ES, Brasil, 18 a 20 de agosto de 2026

Eixo: Exploração e Opressões no capitalismo

Mulheres campistas em situação de rua: demandas e perfis sociais

Pollyanna de Souza Carvalho[1]

Nívea Maria dos Santos Pereira Borges[2]

Leda Regina de Barros Silva[3]

Joseane de Souza[4]

Resumo: Através de pesquisa bibliográfica e documental, nota-se que a insurgência acelerada de violência contra a mulher tem refletido no seu processo de rualização no solo brasileiro e, especificamente, no município de Campos dos Goytacazes/RJ. Nesse sentido, objetiva-se apresentar as demandas e perfis de mulheres em situação de rua, destacando que a ampliação dessa situação tem profícua ligação com o aumento dos conflitos com familiares, uso de substâncias psicoativas, negação do acesso aos direitos, além do recrudescimento das expressões da questão social. Desse modo, o debate interseccional permite compreender que as desigualdades de gênero, raça e classe não atuam de forma isolada, mas se entrelaçam, produzindo experiências específicas de vulnerabilidade e exclusão.
Palavras-chave: mulheres em situação de rua; questão social; perfis; necessidades; Campos dos Goytacazes.

Women campers living on the streets: needs and social profiles

Abstract: Through a review of the literature and documentary research, looking that the rapid rise in violence against women has been reflected in the process of ruralization across Brazil and, specifically, in the municipality of Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro. In this hand, the objective is to present the needs and profiles of women living on the streets, highlighting that the expansion of this situation is closely linked to increased conflicts with family members, the use of psychoactive substances, the denial of access to rights, and the intensification of social issues. So, the intersectional discuss allows us to understand that inequalities of gender, race, and class do not operate in isolation but are intertwined, producing specific experiences of vulnerability and exclusion.
Keywords: woman in street situation; social issue; social profiles; needs; Campos dos Goytacazes.

[1]Assistente Social. Doutoranda em Políticas Sociais (Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro/PPGPS-UENF), Mestra em Serviço Social (Universidade Federal do Rio de Janeiro/PPGSS-UFRJ). Email: pollyannascarvalho@gmail.com

[2] Assistente Social. Doutoranda em Políticas Sociais (Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro/PPGPS-UENF). Mestra em Políticas Sociais pela mesma Universidade. E-mail: nm.domingues@hotmail.com

[3] Docente da Universidade Federal Fluminense – Campos/RJ. Graduação e Pós-Graduação em Serviço Social. E-mail: ledauff@gmail.com

[4] Docente da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). E-mail: joseanedesouza.souza@gmail.com

1. Introdução

Quais as expressões da *questão social*[5] incidem nos itinerários das mulheres em situação de rua? Quem elas são? Quais as razões desencadeadas para o processo de rualização?

Nessa perspectiva, dada a insurgência acelerada nos últimos anos, da violência contra a mulher configurada no alto índice de feminicídio, especialmente no ano de 2025, objetivamos apresentar resultados de pesquisa sobre as demandas de mulheres anteriores a sua inserção no processo de rualização, evidenciando o seu perfil social. Pretende-se destacar que, a ampliação da moradias nas ruas tem profícua ligação com o aumento desses indicadores de violência, haja vista os conflitos com familiares e companheiros, o uso de substâncias psicoativas, além das refrações da questão social. Cabe-nos, também, considerar que o alto índice estatístico de homens com trajetórias de rua, demonstrados no primeiro censo nacional e pesquisa amostral, nos regionais e municipais, são indicativos, em tese, sobre a população feminina que ficou para trás, seja companheira, mães, avós e filhos.

Para isso, apontamos um município situado no interior do estado do Rio de Janeiro, chamado Campos dos Goytacazes/RJ, o qual, atualmente, comporta mais de 483 mil habitantes, de acordo com o Instituto de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), e é a segunda cidade brasileira com a maior população negra, tendo declaração de mais de 50%, ficando atrás somente de Salvador/BA (Ferro; Oliveira, 2018).

Cumpre mencionar, também, que tem chamado atenção do âmbito nacional e internacional a capacidade de o município supracitado contar com alta capacidade na oferta de serviços assistenciais, no âmbito da cobertura das necessidades mínimas à pessoa em situação de rua – moradia coletiva na forma de abrigo institucional; alimentação e ação interinstitucional frente às demandas cotidianas - momento no qual podem ocorrer as migrações, como forma de acesso aos mesmos, uma vez que nenhum outro município da Região Norte Fluminense/RNF tem se introduzido nesse panorama e densidade em proteção social especial, de média e alta complexidade. Todavia, apesar disso, mantém-se a marca histórica de tal município possuir os piores indicadores socioeconômicos do estado do RJ (Cruz, 2003; Neto, 2026), mesmo estando entre os

[5] Integra o conjunto de desigualdades ocasionadas pelo modo de produção capitalista (Cf: Iamamoto, 2008).

maiores partícipies nacionais, no tocante à arrecadação de *royalties* do petróleo.

Metodologicamente, contamos com: a) pesquisa bibliográfica, tangenciando os pensamentos de Crenshaw (1989; 2002), Federici (2017ª; 2017b), Cruz (2003), entre outros; b) pesquisa documental, alimentada pelo I Censo sobre da População em Situação de Rua (2022), do município de Campos dos Goytacazes/RJ, assim como o I Censo e Pesquisa Nacional da População em Situação de Rua (Brasil, 2009).

O estudo está dividido em duas dimensões. A primeira aborda os perfis e demandas das mulheres em situação de rua do município de Campos dos Goytacazes; e, a segunda, elucida como suas trajetórias de vida se entrelaçam com o debate interseccional, tornando os seus caminhos ainda mais desiguais e violentos.

2. Mulheres inseridas no processo de rualização: o que os dados informam sobre Campos dos Goytacazes/RJ?

"Estar em situação de rua" é uma forma distinta de pensar que existem "pessoas de rua". A "situação de rua" nos permite compreender que há um processo pelo qual os indivíduos enfrentam, sendo possível ser resolvido pelas ações estatais. Contudo, um termo que permite uma melhor acepção da produção das desigualdades urbanas no modo de produção capitalista, é o fenômeno "rualização", mesmo que tenhamos legislações que defendem a terminologia "em situação", como Brasil (2008; 2009).

> [...] Estar em situação de rua ou habitar a rua é diferente de ser de rua. Vista como determinação, uma situação social pouco apresenta em termos de perspectivas de superação. O termo processo de rualização parte de uma concepção oposta, na medida em que o reconhece como processo social, condição que vai se conformando a partir de múltiplos condicionantes,num continuum, razão pela qual processos preventivos e a intervenção junto àqueles que estão ainda há pouco tempo em situação de rua parecem ser fundamentais para que se logre maior efetividade em termos de políticas públicas (Prates; Prates, Machado, 2011, p. 194).

O processo de rualização se assenta na existência de vários condicionantes que levam a uma pessoa a estar situação de rua. E esses condicionantes se relacionam às multifacetadas expressões da questão social, como o desemprego, o racismo, a fome, o analfabetismo, os conflitos sociais, a pobreza, as desigualdades em suas diversas modalidades, entre outros, produtos da própria emergência da sociabilidade burguesa.

Parte desses condicionantes é também ressaltado diante de uma legislação que defende a nomenclatura "em situação de rua", como dito. Nesse sentido, o Decreto Nº 7.053 de 23 de Dezembro de 2009, o qual institui a Política Nacional para a População

em Situação de Rua, considera que esse segmento social é heterogêneo, pobre e que possui os vínculos familiares interrompidos e/ou fragilizados, assim como não tem uma moradia, necessitando usar os logradouros públicos e os locais degradados como *locus* de moradia e de sustento, de maneira temporária e/ou permanente, podendo usar também as unidades de acolhimento (Brasil, 2009).

Contudo, estar inserido no processo de rualização na sociedade brasileira, marcada pela herança colonial, escravocrata e patriarcal, é diferente para o homem e para a mulher. Historicamente, o gênero feminino esteve imbricado entre a esfera pública e privada da vida, tendo que trabalhar fora e dentro do âmbito doméstico. Mulheres, ao redor do mundo, eram chamadas de 'doidas', 'endemoniadas', 'feiticeiras', numa verdadeira "caça às bruxas", sendo brutalmente assassinadas, sob outorga de homens, especialmente religiosos e da raça branca. E, até os dias atuais do século XXI, percebe-se que o "caça às bruxas" se desenrola, através dos assassinatos em massa, das diversas violências e principalmente dos feminicídios praticados por homens (Federici, 2017a).

Nessa direção, no Brasil, o ano de 2025 bateu o recorde no que concerne ao feminicídio (1.568 vítimas), alcançando um crescimento de 4,7% em relação ao ano anterior, de acordo com dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (Brasil, 2026). E mesmo após a lei do feminicídio, no ano de 2015, foram mais de 13 mil *mulheres vítimas* desse tipo de crueldade por sua *condição de ser mulher*.

Nesse processo, além da *condição de ser mulher*, existe a continuidade do *racismo estrutural*. Conforme o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (Brasil, 2026) verificamos que a metade das vítimas tinha entre 30 e 49 anos, e entre 2021 e 2024, 62,6% eram da raça negra. E isso deriva das condições de vulnerabilidade socioeconômica, o pífio acesso a serviços públicos e maior presença nos territórios delineados por precariedade institucional. "[...]. Trata-se de um fenômeno marcado por uma dinâmica específica de gênero: mulheres são mortas por homens em razão de desigualdades estruturais que atravessam as relações afetivas, familiares e domésticas" (Idem, p. 25).

Exatamente, são os conflitos envolvendo os afetos, a família e o âmbito doméstico, que atravessam a vida das mulheres em situação de rua. Brasil (2009) aponta que o terceiro maior índice da rualização se relaciona aos conflitos com pai/mãe/irmãos (29,1%), sendo o primeiro o uso do álcool e outras drogas (35,5%) e o segundo o

desemprego (29,8%). Ou seja, se no país mais de 80% das pessoas em situação de rua são do gênero masculino, o restante, minoritariamente, é do gênero feminino, sendo marcadas pela raça parda (39,1%) e pretas (27,9%), ou seja, são as mulheres negras (sem primeiro grau completo), as que mais perpassam pelos processos de exploração nas ruas brasileiras, passando também por conflitos sociais no âmbito doméstico, não só com pais, mas com companheiros e ex-maridos.

Nessa perspectiva, o processo de rualização para as mulheres se demarca a partir da ruptura com relacionamentos, seja pela separação ou pela morte do parceiro, de forma que ficam sem renda, já que necessitam desse auxílio (Tiengo, 2020). Cumpre salientar, também, outras violações de direitos, como a violência doméstica praticada pelo companheiro e/ou parente próximo na antiga moradia, o que na visão de Tiengo tende a permanecer em alguns casos quando ocorre a rualização:

> A violência a que as mulheres estão submetidas nas ruas nem sempre é novidade. Muitas foram violentadas das formas mais diversas em suas casas, sendo esse um dos elementos presentes no emaranhado de expressões da questão social que culminam no processo de rualização (Tiengo, 2020, p. 65).

A violência contra as mulheres também foi notável no período pandêmico, bem como os conflitos e desavenças com seus familiares e companheiros. No município de Campos dos Goytacazes/RJ, um dos maiores lugares na exploração de *royalties* do petróleo e gás natural do Brasil, foi produzido o I Censo sobre a População em Situação de Rua, pela Vigilância Socioassistencial, no ano de 2022. Do total de 114 pessoas abordadas, 13% eram do gênero feminino contra 87% do gênero masculino, pessoas em sua maioria negras (68%), na idade entre 40 a 59 anos (48%) e com ensino fundamental incompleto (53%). E uma dimensão central é de que 55 pessoas são do próprio município em discussão, nascidas no estado do RJ (83 pessoas). Majoritariamente, a rualização ocorre por causa dos conflitos familiares fragilizados e/ou rompidos (38%), seguido do desemprego e utilização de substâncias psicoativas.

Ainda sobre o I Censo da População em Situação de Rua (Vigilância Socioassistencial, 2022), do município de Campos dos Goytacazes/RJ, nota-se o trabalho informal (27%) e o trabalho formal (18%) junto a doações (18%), como as formas de sustento na rua. As mulheres, não obstante, possuem experiências como empregada doméstica, manicure, limpeza, maquiagem, área da beleza, bem como se encontram também na área das cooperativas. Ou seja, de acordo com Lamego (1945) a pobreza

sempre esteve próxima às mulheres negras, já que a população escravizada se empregava na lavoura (4.739), no serviço doméstico (591), no ramo de artesanato (509), e ainda os que não possuíam profissão era de 2.074. No período salientado, entre os habitantes livres, 4.860 sabiam ler e 6.630 eram pessoas analfabetas.

Desse modo, a cidade, até os dias atuais, não se comprometeu inteiramente com a população negra, principalmente do gênero feminino. Inclusive, o município de Campos dos Goytacazes/RJ, apesar de ter profícuos serviços socioassistenciais, conforme salientado pelo supracitado Censo, ainda possui a mercadoria chamada petróleo (descoberto desde o ano de 1970): "A exploração do petróleo no NF, iniciada em 1977, que hoje responde por mais de 80% da produção nacional. [...] Este gera royalties para a região, em volumes fantásticos a partir de 1999, diretamente nos orçamentos municipais (Cruz, 2003, p. 78)".

A arrecadação de *royalties* do petróleo, como podemos observar, não foi totalmente distribuída para a população, sobretudo, para as mulheres negras e em processo de rualização, tendo em vista a sua pobreza transgeracional, marcada por conflitos intensos com seus pares, companheiros e familiares. Acrescentamos outras violências contra esse segmento social por meio de espancamento/briga/luta corporal/paulada nas ruas da cidade (42% dos casos) e o ciclo de xingamentos/humilhações (33% dos casos), com impedimento de acesso a shopping, restaurante, banco, transporte coletivo e até mesmo nas unidades de assistência social (I Censo sobre a População em Situação de Rua, Campos dos Goytacazes, Vigilância Socioassistencial, 2022), o que expropria os seus direitos sociais. Por isso, tangenciamos no eixo posterior o debate interseccional, para que possamos compreender quais os rebatimentos da interseccionalidade nos itinerários percorridos pelas mulheres.

3. Entre perfis e demandas femininas: qual a sua relação com o debate interseccional?

A análise dos perfis sociais e das demandas das mulheres em processo de rualização, conforme evidenciado na seção anterior, aponta para a necessidade de uma abordagem que ultrapasse explicações unidimensionais. Desde a introdução, ao tratar das expressões da questão social, já se indicava que o fenômeno da rualização está vinculado a múltiplos determinantes. No item 2, essa complexidade se materializa nos dados

empíricos, que revelam a articulação entre desemprego, conflitos familiares, uso de substâncias psicoativas e desigualdades estruturais. Nesse sentido, o debate interseccional se apresenta como ferramenta analítica fundamental para compreender como essas dimensões se entrelaçam na produção das trajetórias das mulheres em situação de rua.

A noção de interseccionalidade, desenvolvida por Crenshaw,(1989) parte do entendimento de que diferentes sistemas de opressão, como racismo, sexismo e desigualdade de classe, operam de maneira simultânea e interdependente, produzindo formas específicas de vulnerabilidade (Crenshaw, 2002). Assim, ao observar os dados apresentados anteriormente que indicam a predominância de mulheres negras, com baixa escolaridade e inserção precária no mercado de trabalho, torna-se evidente que a rualização feminina é resultado da articulação dessas múltiplas desigualdades.

A interseccionalidade pode ser considerada como um conceito, como ferramenta, ou identidade política, pensada e debatida pelas feministas negras na sua origem. Akotirene (2018) ressalta que não podemos fazer essa dissociação e nem deixar de trabalhar "o paradigma afrocêntrico" ligado à sua origem. E esse debate surge das necessidades cotidianas das mulheres negras visando compreender e enfrentar as dinâmicas e consequências da nossa estrutura social. Entretanto como já ressaltamos, esse sistema opressor é tão bem estruturado que vai demonstrar que, independente do cruzamento das opressões, as mulheres negras, base da pirâmide social, estarão sempre mais vulneráveis nessa estrutura social vigente.

> Portanto, a atenção à subordinação interseccional exige uma estratégia que valorize a análise de baixo para cima, começando com o questionamento da maneira como as mulheres vivem suas vidas. A partir daí a análise pode crescer, dando conta das várias influências que moldam a vida e as oportunidades das mulheres marginalizadas (Crenshaw 2002, p. 182).

Essa interpretação é aprofundada por Collins (2019), ao destacar que as relações de poder são organizadas em uma matriz de dominação, na qual raça, classe e gênero se estruturam de forma interligada, condicionando experiências sociais distintas (Collins, 2019). No contexto analisado, essa matriz se expressa na permanência histórica das desigualdades raciais e na divisão sexual do trabalho, já discutidas no item anterior, evidenciando que a condição dessas mulheres não pode ser compreendida apenas pela dimensão econômica.

Ao retomar os dados sobre a violência, percebe-se que a interseccionalidade também é central para compreender as continuidades nas trajetórias dessas mulheres. Conforme discutido anteriormente, muitas já vivenciavam situações de violência no âmbito doméstico antes da rualização, o que revela que esse processo não representa uma ruptura, mas uma reconfiguração das violências já existentes, e tal dinâmica reforça que a violência de gênero está inserida em estruturas mais amplas de desigualdade, afetando de maneira mais intensa mulheres negras e pobres. A partir dessa compreensão, corrobora-se com as reflexões de Carneiro (2011), ao apontar que as desigualdades raciais e de gênero operam de forma articulada na produção de vulnerabilidades sociais, incidindo de maneira mais profunda sobre as experiências das mulheres negras.

Conforme as reflexões de Gonzalez (1984), as relações sociais no Brasil são atravessadas por estruturas de raça, gênero e classe que produzem diferentes formas de opressão e exclusão. Nessa direção, os conflitos familiares, apontados como um dos principais fatores de rualização no item 2, também devem ser analisados a partir dessa compreensão. Esses conflitos não se restringem à esfera privada, mas refletem relações sociais marcadas por hierarquias de gênero e raça, evidenciando como as desigualdades estruturais atravessam o cotidiano e contribuem para a ruptura de vínculos.

De acordo com Federici (2017b), a divisão sexual do trabalho constitui um dos mecanismos centrais de manutenção das desigualdades de gênero, especialmente pela desvalorização histórica das atividades associadas ao cuidado e à reprodução da vida. Nessa direção, no que se refere às formas de sobrevivência na rua, observa-se a reprodução de padrões historicamente constituídos. As atividades exercidas pelas mulheres, como trabalho doméstico, serviços de beleza e ocupações informais, refletem a permanência da divisão sexual e racial do trabalho, demonstrando que, mesmo em situação de extrema vulnerabilidade, essas mulheres permanecem inseridas em posições socialmente subordinadas.

Ao analisar essas dinâmicas, é impossível não traçar um paralelo com a obra de Carolina Maria de Jesus, "Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada" (1960) sendo a autora, uma mulher preta, pobre e moradora de uma favela em São Paulo, oferece em seu diário um retrato potente da precariedade e das violências que estruturam a vida de milhares de mulheres como ela. Sua narrativa é um grito de resistência e uma denúncia das condições degradantes impostas às populações marginalizadas no Brasil. Na

atualidade, a obra se insere no contexto das narrativas femininas das vozes subalternas.

Outro aspecto relevante diz respeito ao acesso às políticas públicas, embora o município de Campos dos Goytacazes apresente uma rede socioassistencial significativa, conforme destacado na introdução, os dados indicam que as mulheres em situação de rua enfrentam barreiras no acesso aos serviços. A perspectiva interseccional permite compreender que tais barreiras não são apenas institucionais, mas também atravessadas por práticas discriminatórias que incidem de forma diferenciada sobre determinados grupos sociais.

Dessa forma, ao articular os elementos apresentados ao longo do texto, desde a discussão inicial sobre a questão social até os dados empíricos analisados no item 2, evidencia-se que a interseccionalidade é uma chave interpretativa indispensável. Ela permite compreender não apenas quem são essas mulheres, mas como suas demandas são produzidas a partir da intersecção entre diferentes sistemas de opressão.

Portanto, incorporar o debate interseccional significa avançar na análise crítica da rualização feminina, evidenciando que suas demandas extrapolam a dimensão material imediata. Trata-se de reconhecer que o enfrentamento dessa realidade exige políticas públicas que considerem, de forma integrada, as desigualdades de gênero, raça e classe, possibilitando respostas mais efetivas e alinhadas à complexidade das trajetórias dessas mulheres. Sob esse enfoque, os apontamentos de Akotirene (2018) contribuem para compreender a interseccionalidade como categoria fundamental de interpretação, voltada à identificação das múltiplas opressões que estruturam as experiências sociais das mulheres negras, especialmente em contextos de vulnerabilidade e exclusão.

4. Considerações finais

O presente estudo buscou analisar as expressões da questão social que incidem nos itinerários de mulheres em processo de rualização no município de Campos dos Goytacazes/RJ, destacando seus perfis sociais e principais demandas. Desde a introdução, evidenciou-se que a ampliação de pessoas em situação de rua, especialmente entre mulheres, não pode ser compreendida de forma isolada, mas como resultado de determinações estruturais próprias da sociabilidade capitalista, intensificadas por desigualdades históricas.

A partir dos dados apresentados, foi possível identificar que a rualização feminina se configura como um processo complexo, atravessado por múltiplos fatores, dentre os quais se destacam o desemprego, os conflitos familiares, o uso de substâncias psicoativas e, de maneira central, as diversas formas de violência. Tais elementos, longe de serem circunstanciais, revelam a materialidade da questão social e suas refrações na vida concreta dessas mulheres, reafirmando o caráter processual da rualização, conforme discutido ao longo do trabalho.

No que se refere aos perfis sociais, constatou-se a predominância de mulheres negras, com baixa escolaridade e inserção precária no mundo do trabalho, o que evidencia a permanência de desigualdades estruturais que remontam à formação sócio-histórica brasileira. Esse dado, articulado à análise das formas de sobrevivência e das violências vivenciadas, demonstra que a rualização não apenas expressa a pobreza, mas também a reprodução de hierarquias sociais baseadas em raça e gênero.

O debate interseccional, desenvolvido no item 3, mostrou-se fundamental para a compreensão das trajetórias dessas mulheres. A partir dessa perspectiva, foi possível evidenciar que as desigualdades de gênero, raça e classe não atuam de forma isolada, mas se entrelaçam, produzindo experiências específicas de vulnerabilidade e exclusão. Assim, a rualização feminina deve ser compreendida como resultado da articulação dessas múltiplas opressões, que se manifestam tanto no âmbito privado, por meio da violência doméstica e dos conflitos familiares, quanto no espaço público, através da violência urbana, da violência institucional, da discriminação e da negação de direitos. Nesse sentido, dialoga-se com as reflexões Gonzalez (1984), ao evidenciar que raça, gênero e classe estruturam historicamente as formas de exclusão social no Brasil, bem como com Carneiro (2011), ao apontar que a opressão racial e de gênero produz condições específicas de subalternização e precarização da vida das mulheres negras.

Ademais, embora o município de Campos dos Goytacazes apresente uma rede de serviços socioassistenciais relativamente estruturada, os dados analisados indicam que ainda persistem limites significativos no acesso e na efetivação desses direitos. A existência de barreiras institucionais, associadas a práticas discriminatórias, evidencia que a garantia formal de políticas públicas não é suficiente para assegurar a proteção social desse segmento, sobretudo quando não se consideram suas especificidades.

Diante disso, torna-se imprescindível que as políticas públicas direcionadas à pessoa em situação de rua incorporem uma perspectiva interseccional, capaz de reconhecer as particularidades das mulheres e enfrentar, de forma integrada, as desigualdades que atravessam suas trajetórias. Isso implica não apenas ampliar o acesso à moradia, trabalho e renda, mas também fortalecer ações de enfrentamento à violência de gênero, ao racismo estrutural e à precarização das condições de vida. Tal compreensão dialoga com as reflexões de Kilomba (2019), ao evidenciar que o racismo estrutural e os processos históricos de silenciamento produzem mecanismos contínuos de exclusão social e desumanização das populações negras, especialmente das mulheres.

Por fim, destaca-se que o enfrentamento da rualização feminina exige a articulação entre políticas públicas, produção de conhecimento crítico e mobilização social, de modo a romper com as estruturas que historicamente produzem e reproduzem a exclusão. Assim, espera-se que este estudo contribua para o aprofundamento do debate acadêmico e para a construção de estratégias mais efetivas no campo das políticas sociais, reafirmando a centralidade da vida frente às determinações do capital.

Referências

AKOTIRENE, C. **O que é interseccionalidade**. Coordenação Djamila Ribeiro. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BRASIL. **Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua**. Brasília/DF: Governo Federal, 2008.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Rua: aprendendo a contar: Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua**. Brasília/DF: MDS; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2009. 240p.

BRASIL. **Decreto nº 7.053 DE 23 De Dezembro de 2009**. Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Presidência da República, 2009.

BRASIL. **Retrato dos feminicídios no Brasil**. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2026.

CARNEIRO, S. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

COLLINS, P. H. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e política do empoderamento**; tradução Jamille Pinheiro Dias. – 1ª edi. – São Paulo: Boitempo, 2019.

CRENSHAW, K. **Demarginalizing the Intersection of Race and Sex:** A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. In: University of Chicago Legal Forum: Vol. 1989: Iss. 1, Article 8, p. 139-167.

CRENSHAW, K. **Documento para o Comitê para Eliminação da Discriminação Racial**. Gênero e Raça, 2002.

CRUZ, J. L. V. **Projetos nacionais, elites locais e regionalismo**: desenvolvimento e dinâmica territorial no Norte Fluminense entre 1970 e 2000. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional). IPPUR/UFRJ, 2003, 340f.

FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Editora Elefante, 2017a.

FEDERICI, S. **O Patriarcado do Salário**: Notas sobre Marx, Gênero e Feminismo. São Paulo: Boitempo, 2017b.

FERRO, N. da. C. A.; OLIVEIRA, **T. S. de. Colonização, cultura e língua em Campos dos Goytacazes: a questão africana na construção identitária do município. ENTRELETRAS, Araguaína/TO**, v. 9, n. 3, p. 237-260, out./dez. 2018. ISSN 2179 3948 – online.

GONZALEZ, L. **Racismo e sexismo na cultura brasileira.** Revista Ciências Sociais Hoje, Rio de Janeiro: ANPOCS, 1984.

KILOMBA, G. **Memórias da plantação:** episódios de racismo cotidiano. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, IBGE** [Instituto de Geografia e Estatística]. Brasil/Rio de Janeiro/Campos dos Goytacazes. Disponível em: < https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/campos-dos-goytacazes/panorama >. Acesso em: 13 maio 2026.

JESUS, C. M. de. **Quarto de despejo:** diário de uma favelada. São Paulo: Francisco Alves, 2004.

LAMEGO, A. R. **O homem e o brejo**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do I.B.G.E., 1945. 297p.

NETO, J. A. de A. **Maricas super Macaé e Campos, somados em royalties**: 114 milhões contra 101 milhões. In: blogdojosealvesneto.blogspost. 2026.

PRATES, J.; PRATES, F.; MACHADO, S. **Populações em situação de rua: os processos de exclusão e inclusão precária vivenciados por esse segmento**. Temporalis, Brasilia (DF), ano 11, n.22, p.191-215, jul./dez. 2011.

TIENGO, V. M. **Rualização e informalidade**: Frutos do Capitalismo. 1. ed. Curitiba: Editora Appris, 2020.

VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL. **1º Censo sobre a População em Situação de Rua do município de Campos dos Goytacazes/RJ**. Vigilância Socioassitencial da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social, Campos dos Goytacazes/RJ, 2022.